O TURISMO ÉTNICO DE BASE COMUNITÁRIA E A RECONSTRUÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA: O CASO DO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, PARATY, RIO DE JANEIRO

Thaís Rosa Pinheiro

RESUMO: O presente estudo buscou investigar a reconstrução da cultura quilombola através do Turismo Étnico de Base Comunitária desenvolvido na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, localizada em Paraty. Esta foi a primeira comunidade titulada no Estado do Rio de Janeiro. Após a titulação de suas terras recebeu ações de diversos agentes externos voltados para o desenvolvimento do turismo no local. Foi necessária a reconstrução cultural de saberes e fazeres que foram negados por muito tempo, devido ao preconceito que sofriam e por remeter a escravidão. A partir dessas práticas, iniciaram um caminho inverso, ou seja, tornaram aspectos das tradições e saberes do universo afro brasileiro evidentes para um público que vem visitar a comunidade. Além de ter que lidar com novos atores sociais, agentes externos que participaram desse processo de turismo étnico, estas comunidades quilombolas podem ser consideradas casos de neocomunidades, uma vez que trata-se de uma dinâmica de revalorização do território e de reconstrução de práticas e saberes tradicionais. O objetivo é analisar como a reconstrução cultural impactou a comunidade. Como metodologia foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico sobre os temas relacionados a pesquisa e entrevistas com moradores da comunidade no ano de 2013.

Palavras-chave: Turismo Étnico; Quilombo; Neocomunidades; Reconstrução; Cultura.

1. INTRODUÇÃO

O termo quilombo no Brasil assume um novo significado com a Constituição de 1988, onde a questão quilombola passou a ser reconhecida oficialmente. O Estado Brasileiro reconhece a titulação das terras de comunidades remanescentes quilombolas e após décadas de exclusão, as políticas de reconhecimento foram adotadas como forma de evitar a aculturação e extinção de grupos étnicos.

Para Figueiredo (2011, p.17), a relevância atribuída a questão quilombola pode ser relacionada a emergência mais ampla do direito ao reconhecimento. “Este

reconhecimento multicultural aponta para garantia de direitos especiais, relativos a língua, religião, historicidade e territorialidade próprias(...)".

Durante o governo Lula foi lançado o programa Brasil Quilombola que definiu políticas públicas específicas para as áreas de educação, saúde, habitação e infraestrutura para as comunidades, como a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esta política reintroduziu o tema da etnia e comunidade, colocando novas questões para o plano político e cultural. Para ter acesso a essas políticas foi necessária a reconstrução de marcadores étnicos que operassem como testemunhas desse pertencimento. Segundo Lifschitz (2011), estes estavam relacionados aos signos de etnicidade como: as práticas religiosas afro-brasileiras, danças e memórias e objetos onde agentes modernos, como pesquisadores, mídias, agentes de turismo, entre outros, participam destas (re) construções da tradição. Essas (re)construções foram necessárias para o desenvolvimento do Turismo Étnico em diversas comunidades quilombolas no país como forma de fomentar o Desenvolvimento Sustentável nessas localidades, gerando renda e contribuindo para a valorização da cultura local.

Este artigo tem por objetivo analisar como o turismo influenciou a (re)construção da cultura da comunidade do Quilombo do Campinho da Independência. Utilizaremos o conceito de neocomunidades definido por Lifstichz (2011) como reconstruções de saberes de territórios efetivadas através de técnicas, equipamentos e dispositivos modernos. Apresento esse estudo sobre necomunidades, no quilombo do Campinho da Independência que apresenta como particularidade de ter sido a primeira comunidade quilombola titulada no Estado do Rio de Janeiro e por ter sido comtemplada por diversas políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo étnico em seu território.

Como metodologia foi utilizada a revisão de literatura com assuntos relacionados ao tema, pesquisa em campo com entrevistas com moradores da comunidade no ano de 2013.

2. QUILOMBOS E A BUSCA PELO RECONHECIMENTO

O Conselho Ultramarino de 1740 definia quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (MOURA, 1983, p.16).

As comunidades quilombolas se fixavam em locais de difícil acesso, segundo (Brandão, Dalt, Gouveia, 2010, p.12), procuravam uma defesa preventiva de possíveis recapturas, de expulsão ou de tomadas de suas terras”. Por esse motivo, eram escolhidas áreas de florestas, longe dos leitos dos rios com outros ecossistemas, desde que distantes e isolados.

A ideia corrente sobre os quilombos os relaciona a ações de fuga e resistência por parte dos cativos, entretanto, algumas comunidades se formaram através de doações de terras, devido à desagregação da lavoura de monocultura, ou através da compra de terras pelos próprios escravos possibilitados pela desestruturação do sistema escravista, assim como, conquistas de terra devido a prestação de serviço de guerra tendo lutado através de tropas oficiais (MALCHER, 2009). Existia também a doação de terras para santos, segundo Almeida (2000) *apud* Malcher (2009), as chamadas “terras de preto”, eram oferecidas em troca de serviços religiosos prestados aos senhores de escravos por sacerdotes de cultos afro-religiosos.

A constituição de 1988 é um marco que reconhece juridicamente o direito ao território quilombola. Após séculos ignorados pelo Estado, a questão quilombola torna-se cenário público de discussão nacional. A partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias- ADCT reconhece aos remanescentes de quilombos a propriedade definitiva das terras por eles tradicionalmente ocupadas. Dessa forma, uma nova categoria social emerge a partir do artigo 68, a de remanescente quilombola.

De acordo com Arruti (2006, p.26) representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais e terras de preto, que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a diversas situações que vão desde antigas

comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno de terreiros de candomblé.

A partir da constituição que tinha um sentido histórico, passa a ter novos significados. O conceito jurídico formal atual de quilombo presente no Decreto 4887/03, considera "remanescentes quilombolas" os grupos étnico raciais segundo critério de auto atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra com a resistência a opressão histórica sofrida. É a própria comunidade que se autoreconhece "remanescente de quilombo", através do amparo legal dado pela convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas a legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002".

Segundo Arruti (2006,p.39) os remanescentes de quilombos não tem na maioria das vezes, relação com aquilo que a historiografia reconhece como quilombos (grupo de escravos fugidos), mas essa auto atribuição é atualmente tão efetiva que se tornou impossível não considerá-la a um fato relevante, além de socialmente produtivo.

> Para o mesmo autor, as comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designinação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reinvindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial....(2006,p.39).

As comunidades quilombolas se distinguem uma das outras, pois cada uma tem sua peculiaridade. Cada uma possui histórias e tradições próprias, sendo a luta pela terra o caráter comum entre elas. Atualmente a luta pela terra e a questão do reconhecimento perante a sociedade tornam-se elementos essenciais para as comunidades quilombolas.

Segundo a Comissão Pró Índio[1] de São Paulo, o número de terras tituladas ainda é muito limitado. Nos últimos anos o placar das titulações não melhorou. Atualmente apenas 196 comunidades quilombolas contam com o título de propriedade de seu território. Esse número representa 6% da totalidade estimada

[1] Comissão Pró Índio de São Paulo. Disponível em: <http://comissaoproindio.blogspot.com.br /2013/11/governo-federal-nao-titulou-nenhuma.html>.

pelo movimento social (3000 comunidades), indicando que a atuação governamental ainda está muito aquém do necessário. A titulação é um reconhecimento oficial e a partir dela outras políticas de reconhecimento foram aparecendo para essas comunidades como programas de salvaguarda, temas patrimoniais dentre outros.

Segundo dados do Incra (2013), no Estado do Rio de Janeiro, atualmente existem 35 comunidades quilombolas, sendo somente três tituladas: Campinho da Independência, Preto Forro e Santana. O Quilombo do Campinho da Independência localiza-se no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. Após a titulação de suas terras em 1999, foi o reconhecimento oficial que o habilitou à receber políticas públicas específicas.

O reconhecimento jurídico pelo Estado Brasileiro de comunidades remanescentes de quilombo favoreceu a criação de políticas públicas como forma de fomento ao reconhecimento mútuo entre os quilombolas e a sociedade envolvente, dentre elas políticas voltadas para o fomento do turismo nessas comunidades.

3. A COMUNIDADE DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

A região onde se encontra atualmente a comunidade do Campinho da Independência, localizada em Paraty, estado do Rio de Janeiro, existiu engenhos de cana-de-açúcar que movimentou o trabalho escravo na região durante o século XIX.

O processo de formação desse quilombo deu-se devido a decadência do sistema escravista, assim como da cultura da cana de açúcar na região sul fluminense. Segundo a história contada por moradores, com o fim da escravidão, as terras do quilombo foram “doadas” pelo senhor, num acordo de “boca” as três escravas: Antonica, Marcelina e Luiza que trabalhavam na Casa Grande. Seus descendentes se fixaram na área do que foi a antiga Fazenda Independência. Estas não eram escravas como outras quaisquer, eram dotadas de ofício: teciam, bordavam, penteavam para os brancos, tinham saber, posses e, no caso de Marcelina, o dom de “rezar os outros”, de fazer benzeduras, remédios e curas (Gusmão 1995, p.46). Para a autora a doação da terra tornou-se para seus moradores o reconhecimento simbólico do seu valor.

Depois da abolição os negros passam a viver como camponeses na terra. A comunidade mantinha sua agricultura de subsistência, plantavam mandioca, feijão e banana e pescavam no Rio Carapitanga. Nesse percurso deslocavam por quatro horas e meia a pé até Paraty, onde trocavam farinha por sal, querosene e outros mantimentos.

Essa comunidade viveu quase isolada até a abertura da estrada Rio-Santos, BR 101, em meados dos anos 70. Essa abertura trouxe para o município de Paraty uma nova vocação: o Turismo, e consequências para o quilombo. Segundo Gusmão (1995, p.39), "os moradores encontraram na rodovia Rio/Santos - Br 101, uma alternativa de viabilização, em termos de mercado para seus bens e para sua força de trabalho".

A estrada mudou a dinâmica nas relações de trabalho na comunidade, os homens abandonaram o trabalho rural e foram absorvidos na construção da Br 101. Esta facilitou o transporte das mercadorias e de pessoas que ficavam doentes, mas trouxe também a especulação imobiliária em Paraty. Grileiros começaram a aparecer na área tentando expulsá-los de suas terras, pessoas apareciam dizendo ser dono das terras, invadindo a comunidade, deixando os moradores com medo e não permitindo que os mesmos construíssem casas.

A luta pela terra teve início diante ameaça externa. Segundo relato de X[2], uma pessoa da comunidade, Tio Valentim, que participava da Pastoral da Terra teve ajuda de Padre Pedro. Entraram no início da década de 70 na justiça com ações individuais de usucapião, argumentando que habitavam naquelas terras desde o século XIX, porém os processos judiciais ficaram paralisados durante anos.

Neste processo de luta contaram com a antropóloga Neusa Gusmão[3] que se tornou um marco na articulação política da comunidade em torno da posse da terra. Segundo X, "*Padre Pedro indicou a comunidade para ela fazer esse estudo e Tio Valentim, recebeu ela*". Esta iniciou sua pesquisa no final da década de 70. Segundo Gusmão (1994), a comunidade do Campinho, envolvida em lutas desde o final dos anos 70, promoveu a politização do meio rural. A luta pela terra conduziu o grupo a

[2] Entrevista realizada dia 27 de junho de 2013.
[3] Neusa Gusmão, antropóloga, fez pesquisas na comunidade no final da década de 70 e posteriormente no final de década de 80.

uma identidade negra positiva, a possibilidade de se identificarem como camponeses com memória e tradições próprias.

Ao longo da pesquisa em campo, Gusmão soube através de um dos moradores mais velhos que essa terra teria sido recebida como doação a três escravas após a abolição. Surgiu a partir daí a identificação da comunidade como quilombo e a possibilidade para a posse da terra, através do artigo 68, da Constituição de 1988. Neusa Gusmão apresentou o caminho através do qual poderiam ser reconhecidos os direitos coletivos e contribuiu para fazer o laudo antropológico do quilombo, que era necessário para o processo de titulação.

Cabe ressaltar a formação da Associação dos Moradores do Campinho da Independência (AMOC) como uma organização de entidade jurídica como um requisito para a titulação da terra. Esta foi fundada por líderes locais em 1994, com objetivo de tratar a questão da terra, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, associado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty.

Após mais de duas décadas de luta pela terra, a titulação acontece em 1999, no dia 21 de março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Fundação Cultural Palmares entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de Quilombo do Campinho da Independência. Esta se torna a primeira comunidade quilombola do Estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas, baseada no artigo 68 da Constituição Federal.

4. O SURGIMENTO DE UMA NEOCOMUNIDADE QUILOMBOLA ATRAVÉS DO TURISMO

A questão quilombola no Brasil inicia após o reconhecimento jurídico com a Constituição em 1988, porém passa a ganhar força política a partir do governo Lula que avança sobre os procedimentos em ações públicas concretas de auto reconhecimento contribuindo para a titularidade das terras de remanescentes de quilombos.

Começaram a ocorrer diversas mudanças na comunidade do Campinho da Independência a partir da titulação de suas terras. Esta comunidade, assim como muitos descendentes de quilombolas, sofre resquícios do cativeiro colonial, o que os

distanciou de seus saberes e fazeres culturais, sua memória e identidade (RIOS, 2005 *apud* NASCIMENTO, 2011).

Diversas ações de resgate a memória quilombola e da reconstrução da identidade começam a ser desenvolvidas através da atuação de agentes externos de diversas instancias. Esse processo de reconstrução de saberes, contribuiu para o auto reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombo, o que implicou em reativar memórias sociais que remetiam a escravidão, que eram memórias traumáticas, porém num momento em que torna-se importante a busca pela questão étnica.

A formação da identidade quilombola veio junto a diversos ciclos de mudanças que aconteceram na organização social da comunidade. A Associação dos Moradores do Campinho (AMOQC) passou por uma reestruturação em 1999, quando os jovens assumiram sua direção. Esse grupo pretendia lutar por um modelo de vida mais sustentável, buscando alternativas de geração de renda que podiam ser desenvolvidas em sua própria comunidade. Uma das primeiras propostas foi o surgimento do I Encontro da Cultura Negra, que acontece em comemoração ao dia da Consciência Negra em novembro. Dentre esses jovens, um participava do movimento negro e atuou diretamente na implementação de ações sociais dentro da comunidade.

A Associação dos Moradores do Campinho começou a perceber o potencial turístico que a comunidade tinha, devido a sua localização privilegiada. Paraty ficou muito tempo isolada, o que permitiu sua preservação arquitetônica e ambiental. Após a abertura da BR 101, em meados da década de 70, a cidade passou a receber um grande número visitantes atraídos pelo centro histórico e pelos atuais eventos. Portanto esse fluxo de turismo em Paraty proporcionou o surgimento de alguns turistas que ao visitar a cidade, tinham conhecimento de que havia um quilombo ali perto. Esse fato é relatado na entrevista com X[4], uma das pessoas da comunidade que organizam o turismo no local. *"Depois de ser titulado, passado um tempo, uns dois anos, nós nos deparávamos com grupos de guias com uma van falando uma história que eles criaram. Nós falamos peraí, nós temos potencial turístico, a gente que tem que trabalhar, aqui não pode ser explorado por ninguém*

[4] Entrevista realizada dia 27 de junho de 2013.

de fora. Chamamos uma família de amigos para vir aqui, caminhar e fizemos um rango. Eles disseram que tinha que melhorar muito. Depois o pessoal da Rural vinha ficar na comunidade, fazíamos o rango na escola." .

O desenvolvimento do turismo na comunidade só se torna possível através de parcerias com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), junto a Petrobrás, além de outros parceiros envolvidos como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Fundação Universitária de Brasília (FUBRA). Foi desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Quilombo do Campinho da Independência que começou a ser executado em 2005 pela Associação de Moradores do Campinho (AMOC). Este projeto objetivava gerar renda por meio do turismo étnico[5], o que poderia impulsionar outras atividades como o artesanato, agricultura familiar, valorização cultural, defesa do meio ambiente e gestão social. Essa foi uma iniciativa do Governo Federal de apoiar ações comunitárias em nove[6] comunidades quilombolas com recursos da Petrobrás além do Campinho da Independência.

Segundo a SEPPIR (2008), o projeto de turismo étnico consolidou se na comunidade envolvendo várias famílias quilombolas e diversas manifestações culturais que estavam esquecidas foram retomadas e são hoje valorizados e mantidos, como o jongo, a roda de samba e a capoeira, que passaram a compor o roteiro étnico ecológico.

A etnicidade na contemporaneidade possui especial relevância a sua forma dinâmica de organização e a maneira com que as comunidades étnicas protegem e preservam manifestações culturais, produtos e significados simbólicos delas. O Turismo Étnico pode funcionar como ferramenta de reconstrução cultural e afirmação de identidade, pois favorece a visibilidade de comunidades quilombolas e contribui para a valorização cultural de comunidades que eram antes discriminadas, trazendo a tona sua história e memória.

---

[5] Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 13), "o turismo étnico é a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade dos grupos étnicos".

[6] Quilombo de Sumidouro e de Tapuio (PI), Quilombo da Machadinha (RJ), Quilombo Ivaporonduva (SP), Quilombo do Castainho (SE), Quilombo Rio de Contas (BA), Quilombo de Oriximiná(PA), Quilombo do Mocambo(SE), Quilombo de Itamataivia (MA) e Quilombo do Campinho da Independência (RJ).

A neocomunidade do Campinho da Independência, surge através dessas ações de reconstrução de saberes, no sentido de práticas que se haviam retomadas e reativadas. Segundo Lifschitz (2011, 186), as neocomunidades se encontram em uma situação singular a respeito desses procedimentos metodológicos, porque se caracterizam pelo fato de que os de "fora", participam ativamente na reconstrução de espaços e práticas culturais intervindo na infraestrutura material e simbólica das comunidades.

Através de parcerias com a Associação de Moradores do Campinho (AMOC), agentes externos também contribuíram para ações como a instalação do Ponto de Cultura, que é uma política pública do governo com objetivo de suprir as necessidades de toda a diversidade cultural no país. O Ponto de Cultura Manoel Martins, foi uma iniciativa de uma moradora do bairro vizinho do quilombo Pedra Azul. Esta ao saber do edital público do Ponto de Cultura, idealizou um projeto que foi apresentando ao quilombo. Dentre as oficinas propostas foram desenvolvidas: Oficinas de cestaria, cerâmica, agricultura com os griôs, capoeira, percussão, construção de tambores e Jongo.

O Jongo foi uma importante ação de" resgate" cultural. Foi "resgatado" através de Y, que é militante do movimento negro e de família jongueira de Angra dos Reis. Sua atuação foi importante, pois foi chamado pela Associação para realizar a oficina no Campinho que durou dois anos e foi realizada junto a Z, jongueira da comunidade quilombola do Bracuhy em Angra dos Reis. Segundo depoimento de Y[7], "*No Campinho, o Jongo estava na memória de alguns mais velhos". "Não tinha o mais velho que dançava o jongo. Eles narravam o Jongo mais não dançavam, não faziam. Dona Adelaide tinha na memória de algumas figuras que faziam o que já tinham visto".*

Na questão da reconstrução, segundo Lifstichz (2011), as neocomunidades estão vinculadas a revalorização do território e a reconstrução de práticas e saberes tradicionais e tem uma relação de troca com os agentes externos. Cabe assinalar que a comunidade do Campinho formou após a oficina de Jongo, um grupo de jovens jongueiros que se apresentam em eventos dentro de fora de Paraty e no Encontro da Cultura Negra e passou a fazer parte do roteiro turístico no local.

[7] Entrevista realizada dia 3 de julho de 2013.

5. O TURISMO ÉTNICO DE BASE COMUNITÁRIA NO QUILOMBO

A criação do Ministério do Turismo em 2003 representou uma mudança nas políticas públicas, que passaram a reconhecer a atividade como um dos indutores do desenvolvimento local. O Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007-2010 propôs a descentralização da gestão turística e fomento à participação e inclusão social, reconhecendo o Turismo como uma atividade que pode revitalizar a identidade local e complementar a renda de comunidades. Representou um grande avanço por parte da política nacional de turismo para o reconhecimento e fortalecimento de iniciativas que antes eram marginalizadas pelas políticas públicas. Visava dentre outros objetivos, atender a demanda por recursos públicos por parte de instituições que trabalham com o turismo alternativo.

Em 2008, foi proposto um Edital para Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária, através do MTUR[8]. O Quilombo do Campinho da Independência foi selecionado, através do projeto "Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da região da Costa Verde". O objetivo desse projeto era estruturar e qualificar produtos e serviços turísticos por meio da valorização e resgate dos saberes e fazeres tradicionais e do desenvolvimento do turismo de base comunitária (MTur, 2010).

A partir desse edital o Turismo no Quilombo do Campinho foi melhor estruturado na comunidade. Dentre as outras oficinas desenvolvidas por agentes externos durante outros projetos, a agricultura com os Griôs foi importante para o desenvolvimento do roteiro turístico no local além do financiamento do Restaurante comunitário pela Petrobrás que foi inaugurado em 2007. Os homens da comunidade trabalharam na construção do restaurante contribuindo para a geração de renda local. Atualmente o restaurante do Campinho é muito procurado por turistas e possui uma culinária quilombola, onde são utilizados ingredientes que são extraídos da própria agricultura local. O restaurante já apareceu em programas de televisão e ganharam prêmios de gastronomia em Paraty.

[8] Informação disponível em publicação da cartilha **"Turismo de Base Comunitária".** Ministério do Turismo, Governo Federal e Instituto Casa Brasil de Cultural, 2009.

O roteiro turístico do Campinho utiliza de aspectos como a história, memória, o modo de vida tradicional e sustentável. Esse roteiro se inicia com a contação de história com os Griôs (os mais velhos da comunidade, detentores dos saberes), onde estes apresentam aos visitantes a história da sua origem, a luta pela terra e as memórias de como viviam no passado. Posteriormente é feita uma visita a comunidade com um guia local, onde são apresentadas as plantas medicinais usadas por eles, os núcleos familiares, a casa de farinha e a agrofloresta. A visita termina no centro da comunidade, onde é apresentada a escola, o centro de saúde, a igreja católica, a casa de artesanato e a Associação dos moradores. Após a visita a culinária quilombola pode ser apreciada no restaurante. Existe ainda a opção do visitante em fazer uma oficina de Jongo ou de cestaria.

O Turismo de Base Comunitária se caracteriza pela participação da comunidade no processo de desenvolvimento da atividade turística e contribui para a valorização da identidade local, preservação do território, além da geração de renda. Possibilita a reconstrução da história e a valorização da identidade local. Percebemos, através da pesquisa em campo, como o turismo contribuiu para a valorização da cultura e auto estima local, segundo relato de W[9][10], *"Antes, no ponto de cultura, existia a oficina de cestaria para os jovens da comunidade, mas eles não se interessavam em aprender, não davam tanto valor assim, porque isso era uma coisa que era passada de mãe para filha, a bisavó fazia a cesta, a avó e a mãe também. Isso não despertava tanto interesse neles, até o dia que eles perceberam que vinham crianças da mesma idade deles, de longe para aprender a fazer o cesto de palha. Com isso despertou a vontade deles em ajudar, e muitos hoje em dia ajudam as artesãs a darem as oficinas, favorecendo a interação entre os dois mundos: o do estudante da cidade com o jovem quilombola".* Observa-se a auto estima dos jovens quilombolas foi valorizada a partir do momento que eles notaram que vinham pessoas de fora para aprender um pouco da cultura deles nas oficinas de cestarias propostas no roteiro turístico.

Banducci (2003) propõe que o turismo é uma experiência de relato permanente, pois na medida em que reforça e reproduz impressões, sentimentos e

[9] Entrevista realizada 30 de julho de 2013.
[10] Entrevista realizada dia 27 de junho de 2013.

conhecimentos dos grupos nativos sobre si mesmo e sobre o outro, pode ser um elemento afirmador de identidade. A participação da comunidade na gestão e desenvolvimento do turismo no local contribuiu para a reconstrução da cultura e valorização da identidade quilombola.

6. CONCLUSÃO

Neste artigo apresentamos um caso de reconstrução da cultura quilombola na comunidade do Campinho da Independência, localizada em Paraty, estado do Rio de Janeiro. Essa comunidade que era uma comunidade negra rural torna-se a primeira comunidade titulada no Estado Fluminense.

Nesta nova fase que é denominada de neocomunidades por Lifstchitz (2011), agentes externos intervém na reconstrução simbólica dessas comunidades. A neocomunidade do Campinho da Independência tem como particularidade o desenvolvimento do turismo étnico como forma de geração de renda e como forma de retomar manifestações culturais esquecidas.

Segundo Montenegro (2001), o próprio esquecimento é um aspecto para a compreensão da memória de comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. O preconceito que sofriam e as dificuldades materiais, fizeram os moradores do Campinho abandonarem sua identidade. Antes da titulação, a comunidade não era vista com "bons olhos", pela sociedade de Paraty e eram considerados agressivos e muitos eram discriminados. Através de entrevista com X[11], moradora da comunidade, esta relata o preconceito que sofria quando saiu da comunidade e foi estudar em Paraty. *"Senti muito preconceito na cidade, pois estudávamos aqui e no quinto ano, fazíamos na cidade. Lá tinha preconceito, tinha vergonha de comer banana, tinha vergonha do meu cabelo e era chamada de neguinha".*

Após a titulação, o reconhecimento como remanescentes de quilombos, trouxe estima para a comunidade, conforme relato de X *"com a questão do titulo e a associação, isso nos serviu para a valorização da nossa identidade, pois passamos a ver que a gente que criou esse país, que a gente construiu o centro histórico com*

[11] Entrevista realizada dia 27 de junho de 2013.

nossas mãos, que temos potencial, o conhecimento fez com que valorizassem a nossa identidade". Houve avanço no reconhecimento como indivíduos. Segundo Honneth (2003,198) "para poderem chegar a autorelação infragível, os sujeitos humanos precisam além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas".

As reconstruções étnicas tem atentado o interesse do turismo por possibilitar mostrar ao visitante aspectos culturais distintos do seu próprio cotidiano. Através de políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas, o Turismo étnico foi desenvolvido no Campinho da Independência, contribuindo para a aproximação com a cultura quilombola.

Nota-se através das entrevistas que a reconstrução da cultura impactou a comunidade trazendo a auto estima e valorização, sendo esse caso um exemplo de resgate da cultura tradicional vinculada ao turismo.

A admiração e respeito dos visitantes em relação as atividades desenvolvidas no quilombo contribuiu para revalorizar a identidade cultural afro brasileira.

O Turismo Étnico auxilia para que a história da comunidade através de suas memórias e identidades se sobressaia como um símbolo de resistência, onde suas peculiaridades são valorizadas.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo. Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola**, EDUSC, São Paulo, 2006. Avaliação. In: **Ambiente & Sociedade**. V. III, no. 1, 2004.

BANDUCCI, Alvaro Jr (Org). **Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica.** Campinas, Papirus, 2003.

BERNARDO, Délcio. **Peço Licença a Vovó, Peço Licença a Meu Mestre!** Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/novos_sentidos_e_caminhos_do_patrimonio_-_a_experiencia_do_jongo_no_sudeste.pdf>.

BRANDÃO, André; DALT, Salete da; GOUVEIA, Victor Hugo**. Comunidades Quilombolas no Brasil: Características Socioeconômicas, Processos de Etnogenese e Políticas Sociais**. Niterói: Ed UFF, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887>.

CHELOTTI, M.C. **Reterritorializacão e Identidade Territorial**. Soc.nat.2010, vol.22, n.1. pp.165-180.

FIGUEIREDO, André Videira. **O Caminho Quilombola: Sociologia Jurídica do Reconhecimento Étnico.** Appris: Curitiba, 2011.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de Pretos; Terra de Mulheres: Terra, Mulher e Raça num Bairro Rural Negro**. Brasília: MINC, Fundação Cultural Palmares, 1995.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas-SP: UNICAMP, 1990.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro**. Neocomunidades: Reconstruções de Territórios e Saberes**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 38, julho-dezembro de 2006, p. 67-85.

_____. **Comunidades Tradicionais e Neocomunidades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. **Comunidades Étnicas no Brasil e Modernização,** 2010**.** Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n18/n18a01.pdf>. Acesso em: 7 out. 2012.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade Quilombola e Território**. Trabalho apresentado no III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009. Disponível em: <http://www.wftl.org/pdf/046.pdf.>.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Cartilha **"Turismo de Base Comunitária".** Ministério do Turismo, Governo Federal e Instituto Casa Brasil de Cultural, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 2001.

NORA, P. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. In: Revista Proj. História. Vol. 10, Dez. São Paulo, 1994.

PARATY BRASIL. Disponível em: <http://www.paratybrasil.com.br/clima.htm>. Acesso em: 12 jul. 2012.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PARATY, vol. I. Paraty, 2003.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Revista Estudos históricos, vol. 2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

PONTÃO DE CULTURA DO JONGO/CAXAMBU. Cartilha: **Jongo, Patrimônio Cultural do Brasil e do Rio de Janeiro**. Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 2012.

SEPPIR, 2008. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2008/06/avancos_campinhoindp.>. Acesso em: 10 abr. 2014.